



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 5 • nº 08 • 30/03 a 05/04/08 • ISSN1809-6182

Análises

07/04/2008 - Tráfico ilegal de armas p.01

As transferências de armas foram utilizadas como ferramentas políticas durante toda o século XX. Entretanto, com o final da Guerra Fria, o controle da venda de armas escapou ao controle dos Estados, conforme aumentou o número de atores não-estatais envolvidos nesse tipo de comércio. A prisão de Viktor Bout em março de 2008, um dos maiores responsáveis pelo fornecimento armas para conflitos no mundo inteiro durante os últimos 17 anos, evidencia como os países estão se unindo na resolução deste problema.

Resenhas

31/03/2008 - Greve agrária na Argentina p.06

Produtores agrícolas entraram em greve em 13 de março de 2008 na Argentina, com objetivo de diminuir os impostos que incidem na exportação de grãos.

01/04/2008 - Conflito do Tibete p.08

O Tibete voltou a ser palco de conflitos contra a dominação chinesa na região. O conflito, que é o mais intenso dos últimos anos, ameaça, inclusive, o sucesso dos Jogos Olímpicos de Beijing.

Tráfico ilegal de armas

Análise
Segurança

Diego Cristóvão Alves de Souza Paes

07 de abril de 2008

As transferências de armas foram utilizadas como ferramentas políticas durante toda o século XX. Entretanto, com o final da Guerra Fria, o controle da venda de armas escapou ao controle dos Estados, conforme aumentou o número de atores não-estatais envolvidos nesse tipo de comércio. A prisão de Viktor Bout em março de 2008, um dos maiores responsáveis pelo fornecimento de armas para conflitos no mundo inteiro durante os últimos 17 anos, evidencia como os países estão se unindo na resolução deste problema.

O tráfico internacional de armas tem há muito colaborado com a manutenção dos conflitos ao redor do globo. Desde a Guerra Fria, quando o envio de armas era feito basicamente pelos Estados Unidos e pela União Soviética para seus aliados com fins políticos ou estratégicos. O imenso volume de armas abasteceu militarmente a maior parte do continente africano, partes da Ásia, América Latina e Leste Europeu contribuindo com os conflitos que emergiram a partir da década de 1980.

Mesmo com a busca e restrições ao comércio e transferências de armas¹ datando ainda da Liga das Nações², a estrutura do mundo durante os anos entre 1950 e 1990 (período da Guerra Fria) fez com que o comércio e a transferência de armas se proliferassem. As únicas restrições às transferências de armas eram entre os dois blocos, no entanto, entre países aliados, ou países financiando organizações não estatais aliadas, tais ações foram realizadas em grande escala. O mundo em desenvolvimento foi então inundado de armas pequenas³ e armas

leves⁴, que em parte são até hoje utilizadas em conflitos.

Com o final da Guerra Fria e início dos anos 1990, criou-se uma nova tendência no comércio de armas. Além das transferências realizadas entre Estados, algumas organizações privadas não-estatais começaram a suprir boa parte da demanda mundial por armamentos, principalmente de maneira ilegal. Isso se explica, em parte, pelo fim das tensões bipolares que fez com que houvesse um “destravamento” dentro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, havendo um aumento considerável de intervenções humanitárias e também do uso de embargos de armas a países de regiões em conflito.

Tipos de Transferências e o Tráfico Internacional

Segundo o Instituto das Nações Unidas para Pesquisa sobre Desarmamento

Rastrearem, de Forma Confiável e Rápida, Armas Pequenas e Armas Leves Ilícitas, adotado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 8 de Dezembro de 2005, Armas Pequenas são todas as armas de uso pessoal, desde pistolas e revólveres até sub-metralhadoras e fuzis de assalto.

⁴ Segundo a mesma resolução apontada acima, Armas Leves são armas desenhadas para uso de duas ou três pessoas em equipe; de lança granadas até armas antiaéreas.

¹ Convenção para o Controle do Comércio de Armas e Munição – acordado em 10 de setembro de 1919 entre os países membros.

² Ver Glossário

³ Segundo o documento *Instrumento Internacional para Habilitar os Estados a Identificarem e*

(UNIDIR, sigla em inglês), podemos definir os tipos de transferência de armas da seguinte forma: *Transferências Autorizadas*, *Transferências Irresponsáveis*, *Transferências Ilegais* e *Transferências Ilícitas*.

As *Transferências Autorizadas*, como o próprio nome diz, são aquelas autorizadas por no mínimo um governo. São consideradas *Transferências Irresponsáveis*, também conhecidas como de “mercado cinza”, transferências de armas autorizadas por governos, entretanto não estão de acordo com leis e tratados internacionais⁵ ou que podem ser desviadas para receptores não autorizados.

Transferências Ilegais, ou transferências de Mercado Negro são realizadas sem autorização de quaisquer governos. Já as *Transferências Ilícitas* compreendem tanto as do tipo *ilegais* quanto *irresponsáveis*.

A Organização das Nações Unidas tem atuado com intuito de controlar tais tipos de transferências, principalmente através da busca de tratados regulatórios sobre comércio de armas. No entanto, tais ações só têm obtido resultados expressivos em relação às duas primeiras formas de transferência listadas, que dependem principalmente dos Estados.

Em 2006, foi aprovado na Assembleia Geral da ONU um documento requisitando ao secretariado das Nações Unidas que buscasse informações acerca da opinião dos países sobre a criação de um tratado regulatório, obtendo resposta positiva por imensa maioria. Isso reflete o fato de grande parte dos Estados já realizarem um controle próprio, porém sem obtenção de resultados mais expressivos devido à falta de uma regularização entre todos os atores.

Para que haja a venda ou transferência de armas, de forma legal, são necessários

uma série de certificados acerca de destino, venda, entre outros. Sem que ocorra uma padronização acerca destes, os documentos tornam-se passíveis de falsificação e o controle se torna menos eficaz, abrindo brecha para a ocorrência de *Transferências Ilegais* e *Transferências Ilícitas*.

Existem diversas organizações atuando no tráfico ilegal de armas, normalmente centradas em “corretores”, atuando a partir de firmas em países europeus. Estes utilizam contatos em países em desenvolvimento para obtenção de vistos e documentações que os propiciem a comprar armas legalmente, revendendo para receptores não autorizados (*Transferências Ilícitas*).

Um exemplo denunciado pela BBC em 2003 foi de armas fabricadas na Sérvia encontradas na Libéria, que na época passava por intenso conflito civil. Após densa investigação, foi descoberto que as armas foram vendidas com “certificados de usuário final” para a Nigéria através de documentos forjados, sendo repassadas para a Libéria.

O tráfico ilegal também se beneficia de falhas no sistema de controle dos estados acerca de seus arsenais. A falta de monitoria dos armamentos produzidos e armazenados, principalmente em países em desenvolvimento, ou que não possuem recursos suficientes para um acompanhamento eficaz de seu material bélico⁶ também colabora com tráfico.

Neste caso, armas não contabilizadas ou que estariam destinadas à destruição são compradas a baixo custo por meio de corrupção e vendidas em outro país. Caso semelhante também se aplica a Estados latino-americanos que receberam armas dos EUA e que foram revendidas após terem se tornado desnecessárias.

⁵ Podendo ser utilizados para propósitos contrários a acordos e tratados realizados.

⁶ Principalmente Rússia e Leste Europeu

Viktor Bout

Foi preso na Tailândia no dia 06 de março de 2008, Viktor Bout, o maior corretor ilegal de armas do mundo. Citado em diversos documentos da Organização das Nações Unidas como um dos grandes responsáveis pelo abastecimento de armamento em regiões de conflito, Bout é acusado de vender armas para conflitos no Afeganistão⁷, Angola, Libéria, Congo, Paquistão, Filipinas, Ruanda, Serra Leoa, Sudão e Colômbia.

Bout estava na lista de procurados da Organização Policial Criminal Internacional (INTERPOL, sigla em inglês), além de ser procurado pelo governo dos Estados Unidos. Oficialmente, Bout se declara como dono de uma empresa de transportes, realizando um negócio legítimo tendo inclusive, prestado serviços para a ONU, EUA e Reino Unido.

Durante a década de 1990, estabeleceu relações comerciais com diversas organizações. Vendeu armas para ambos os lados da guerra no Afeganistão, no início da década passada e também forneceu armas tanto para o governo de Angola quanto para as forças rebeldes da UNITA⁸, fazendo o mesmo no Zaire e a guerrilha que buscava o controle do país

O que diferenciava Bout dos demais corretores era sua impressionante logística que o permitia atuar globalmente. Através de seus contatos no exército da antiga União Soviética, conseguia armas a preços muito baixos, além de ter conseguido sua própria frota de transporte o que o permitiu alcançar compradores em áreas de conflitos em três continentes

A operação que levou à prisão de Viktor

Bout foi liderada pelos EUA e envolveu cinco países diferentes. Dois agentes disfarçados da *U.S. Drug Enforcement Administration*⁹ atuaram como membros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), interessados em comprar armamentos. Andrew Smulian, associado de Bout, se encontrou com os agentes nas Antilhas holandesas, Dinamarca e Romênia, discutindo especificações do material e da entrega.

Um último encontro havia sido marcado para ocorrer na Tailândia, com a presença de Bout, de forma a finalizar o negócio, no dia 6 de março de 2008, quando os dois foram presos.

Suas operações chamaram a atenção das Nações Unidas desde o ano 2000, quando seu esquema de operações na África foi denunciado através do Relatório do Painel de Especialistas acerca do conflito em Serra Leoa, apontado pela resolução 1306 do Conselho de Segurança, de julho de 2000. De acordo com o documento, Viktor Bout era responsável por grande volume de transporte de produtos ilícitos no continente, operando uma frota de mais de 50 aviões.

Segundo um oficial estadunidense, nenhum outro corretor internacional de armas teria capacidade de influenciar os rumos de uma guerra. Bout, ao contrário seria capaz de destruir um país inteiro.

Em 2006, o mercado de armas encontrava-se saturado em algumas regiões da África. Segundo Douglas Farah e Stephen Brown autores de *Merchant of Death*, o preço de um fuzil de assalto russo AK-47 havia diminuído de US\$250 para US\$75 em apenas 18 meses. Tais armas foram, em grande parte, transportadas pelas empresas de Bout.

O governo estadunidense já manifestou seu desejo de que o corretor seja

⁷ No início da década de 1990, para o Taleban, que tomou o poder no país em 1995.

⁸ União Nacional para a Independência Total da Angola, partido político angolano que lutou na guerra da independência (1961-1975) e na guerra civil no país, entre os anos de 1975-2002

⁹ Órgão do governo estadunidense de combate a narcotráfico.

extraditado para seu país, sendo julgado em cortes locais. Entretanto, o governo tailandês ainda não decidiu se julgará o acusado no país. Tal decisão irá depender do Procurador Geral tailandês; caso não acredite que haja evidências suficientes para julgá-lo no país, Bout será extraditado para os EUA.

Medidas Internacionais

Algumas ações vêm sendo adotadas internacionalmente, muitas surgindo no âmbito das Nações Unidas. Iniciativas como o *Instrumento Internacional para Habilitar os Estados a Identificar e Rastrear, de Forma Confiável e Rápida, Armas Pequenas e Armas Leves Ilícitas*, assim como publicações da UNIDIR, têm obtido sucesso no estabelecimento de parâmetros para o controle do tráfico ilegal de armas.

Dentre os pontos que vêm sendo levantados está a necessidade de maior rigor e controle da produção de armas, bem como o acompanhamento contínuo e preciso dos arsenais. Além disso, exige-se maior rigor na fiscalização dos certificados de usuário-final, bem como de serviços de transporte como um todo, já que ocorrem diversos casos onde armas são transportadas juntamente com ajuda humanitária ou em meio a outras mercadorias.

Contudo, o maior desafio para o controle está no combate à corrupção dentro das forças armadas, alfândegas e órgãos governamentais responsáveis. A maior parte dos corretores atua através de contatos dentro de governos obtendo documentações legais, desviando a mercadoria para outros destinatários; já a corrupção nas forças armadas abre caminho para compra de armamentos a baixo custo. Fábricas de armamentos também já foram denunciadas como cientes do destino final de suas produções.

Acredita-se que um tratado de comércio de armas abrangente e que preveja diversas situações, além de estabelecer

agências de vigilância com padrões internacionais acerca de transferências e venda de armas, possa ser adotado dentro dos próximos cinco anos. Até o momento, ainda espera-se um resultado mais abrangente das consultas aos países sobre a criação de um tratado. Entretanto, devido às respostas positivas que têm sido obtidas até o momento, acredita-se que uma densa negociação acerca do conteúdo de tal documento bem como das obrigações aos quais os estados signatários estejam submetidos deve ser iniciada em breve.

Referência

Sites:

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

Global Policy Forum

<http://www.globalpolicy.org>

Foreign Policy

<http://www.foreignpolicy.com>

Conselho de Segurança das Nações Unidas

<http://www.un.org/sc>

The Sidney Morning Herald

<http://www.smh.com.au>

Instituto das Nações Unidas para Pesquisa em Desarmamento

<http://www.unidir.org/>

Escritório das Nações Unidas para Questões de Desarmamento

<http://www.disarmament.un.org/>

Freedom of Information Act - Central Intelligence Agency

<http://www.foia.cia.gov/>

The Norwegian Initiative on Small Arms Transfers

<http://www.nisat.org/>

International Action Network on Small Arms

<http://www.iansa.org/>

Ver Também:

03/06/2005: [Venezuela: a polêmica compra de rifles de assalto russos e o problema do tráfico de armamentos](#)

18/04/2006: [A prisão e o julgamento de Charles Taylor: expectativas e ressalvas](#)

26/05/2006: [Violência aumenta no Afeganistão](#)

28/09/2006: [Afeganistão: oposição armada talebã continua após cinco anos de intervenção](#)

Greve agrária na Argentina

Resenha
Economia & Comércio / Desenvolvimento
Marina Robspierre
31 de março de 2008

Produtores agrícolas entraram em greve em 13 de março de 2008 na Argentina, com objetivo de diminuir os impostos que incidem na exportação de grãos.

No dia 13 de março de 2008, agricultores argentinos entraram em greve em reação ao aumento de impostos na exportação de grãos, principalmente, de soja e de girassol. Um novo sistema de alíquotas de exportação móveis para os grãos seria estabelecido para acompanhar os preços da *commodities* no mercado internacional. O imposto no novo sistema variaria de 35% a 44% na exportação de soja e de 32% a 39% no girassol, de acordo com o preço dos grãos.

No dia 11 de março de 2008, dois dias antes do começo da greve, o setor executivo do governo argentino anunciou que o alto valor dos impostos sobre os grãos era devido à tentativa de não prejudicar os consumidores domésticos. Numa ação para reduzir a pressão inflacionária e também tentando impedir que a economia argentina ficasse reduzida apenas a monocultura de soja, que representa, atualmente, cerca de 40% do cultivo de grãos do país.

A greve paralisou as atividades produtivas além dos grevistas terem bloqueado estradas, provocando o desabastecimento de produtos básicos para algumas regiões. As áreas bloqueadas são as de maior produção de grãos e outros alimentos, o que intensifica ainda mais o desabastecimento de cidades menos estruturadas.

De acordo com as associações agropecuárias, o elevado aumento nas

taxas tributárias representaria uma receita adicional de aproximadamente 2,5 bilhões de dólares anuais para o governo argentino, segundo o jornal Estadão.

As manifestações do setor agrário em resposta às medidas tomadas pelo governo de Cristina Kirchner¹ são consideradas pelos populares como uma ação reacionária que retrata interesses dos grandes proprietários, e não da camada popular argentina. Seria uma disputa acirrada entre os dois setores, governo e grandes proprietários, pelo excedente de produção e seu conseqüente lucro.

O Ministro da Economia da Argentina Martín Lousteau, disse, ao tentar justificar o aumento nas taxas dos grãos, afirmou que o objetivo seria impedir que a alta nos preços internacionais fosse transferida, de forma integral, para os consumidores domésticos.

A presidente argentina, no começo dos protestos, se negou a adotar qualquer medida que fosse positiva tanto para o governo quanto para aqueles que faziam o “panelaço”, pois segundo ela não se pode negociar com um setor que utilizou a “força” para protestar. Ela também declarou que o Ministro da Economia havia chamado por duas vezes os manifestantes para um diálogo, mas em nenhuma das vezes teria sido atendido.

¹ Eleita em outubro de 2007, Cristina Elisabet Fernández de Kirchner foi a primeira mulher eleita na Argentina através do voto direto.

No dia 27 de março, Kirchner fez um discurso na Casa Rosada, sede do governo argentino, declarando aos protestantes que o conflito era de “natureza política”. Muitos que estavam às ruas de Buenos Aires eram contra genocídios, defensores dos direitos humanos e essa postura, de acordo com a presidente seria contraditória, pois as barreiras impostas pelos protestantes provocaram grandes prejuízos e fome às famílias argentinas.

No entanto, no dia 28 de março, uma trégua foi declarada pelos sindicatos ruralistas envolvidos no movimento. As organizações em questão são: Sociedade Rural, Coniagro, Confederações Rurais da Argentina (CRA) e Federação Agrária. Algumas estradas foram desobstruídas e o tráfego de caminhões se normalizou.

Esperava-se que uma medida compensatória para o setor rural fosse adotada e que houvesse uma redução nos impostos. O parcial fim da greve ocorreu devido a telefonemas entre o governo argentino e os protestantes, em que a possibilidade de redução nas taxas de exportação de grãos foi requerida.

Entretanto, trégua só durou 24 horas, pois depois da falta de sucesso na reunião com autoridades argentinas, o presidente da Federação Agrária Argentina (FAA), Eduardo Buzzi, declarou que a greve seria retomada até o dia 02 de abril de 2008. Isso porque não houve nenhuma iniciativa concreta por parte do governo mesmo depois de todos esforços para avolta à normalidade do comércio agrário.

Para que houvesse diálogo entre as duas partes envolvidas, era imposto por parte do governo, que a paralisação acabasse. Mas, apesar da promessa feita pelo chefe do Gabinete, Alberto Fernández, medidas foram adotadas no dia 31 de março para fazer com que os trabalhadores rurais tivessem a rentabilidade que lhes interessava.

Países vizinhos também sofrem os efeitos da greve dos argentinos. No Brasil, um dos países mais afetados, o efeito foi no

preço dos pães, biscoitos e massas em função da retenção do trigo na Argentina, que geralmente é mais barato do que o brasileiro. No entanto, esse aumento acarretou benefícios aos produtores de soja no Brasil, pois podem ocupar o espaço deixado pelos argentinos no mercado externo.

O prolongamento da greve preocupa as autoridades pelo desabastecimento e pelo intenso aumento no preço dos produtos devido à falta de oferta. Contudo, o governo alertou que caso continue a recusa às atividades por parte dos trabalhadores agrários, a Lei de Abastecimento, que determina multas e penas para infratores, vai ser posta em vigor.

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Clarín

<http://www.clarin.com>

Estadão

<http://www.estadao.com.br>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

La Nación

<http://www.lanacion.com.ar>

Último Segundo

<http://www.ultimosegundo.ig.com.br>

Ver Também:

14-07-2005: [A Argentina de Kirchner](#).

Conflito do Tibete

Resenha
Segurança
Ana Caroline Medeiros Maia
1 de abril de 2008

O Tibete voltou a ser palco de conflitos contra a dominação chinesa na região. O conflito, que é o mais intenso dos últimos anos, ameaça, inclusive, o sucesso dos Jogos Olímpicos de Beijing.

No dia 10 de março de 2008, iniciaram-se diversas manifestações no Tibete contra o domínio chinês na região. Os protestos já duram quase um mês, e têm chamado a atenção internacional pelas proporções alcançadas.

As manifestações tiveram início na capital tibetana, Lhasa, tendo posteriormente se expandido para diversas outras regiões do país. Segundo fontes do governo da China, 22 pessoas teriam morrido e mais de 500 ficaram feridas, dentre civis e policiais. Porém, de acordo com o governo tibetano no exílio, o número de mortos teria ultrapassado 140.

A divergência entre o número de mortos apresentados pelo governo chinês e pelo governo exilado do Tibete é considerável. Quanto maior esse número, maior a pressão internacional sofrida pela China, fato que é vantajoso para o último grupo. Por isso, a China afirma que os dados apresentados pelos tibetanos não correspondem à realidade, pois esses só querem atrair a atenção internacional.

O comércio local foi consideravelmente atingido, visto que inúmeros estabelecimentos foram destruídos durante as manifestações. A situação chegou ao ponto em que foi decretado toque de recolher na capital. Ainda, jornalistas e turistas não tiveram

permissão¹ para entrar em Lhasa, cujas ruas foram ocupadas pela polícia e pelo Exército chineses.

Os protestos começaram quando aproximadamente 500 monges se dirigiram ao mosteiro de Deprung² para celebrar o 49º aniversário da rebelião do Tibete contra a dominação chinesa. Com o passar dos dias, inúmeros civis foram aderindo ao movimento, que foi se intensificando e ganhou força em diversas regiões do país. Ainda, ocorreram manifestações paralelas em outros países, como na Índia e no Nepal, que abrigam um grande número de tibetanos.

Os manifestantes destruíram veículos, lojas e propriedades do governo. As autoridades chinesas responderam ao movimento com a prisão de inúmeros revoltosos, oferecendo, inclusive, recompensa para quem fornecesse informações a respeito dos mesmos.

O conflito trouxe à tona uma história de conflitos entre a China e o Tibete.

Relação China-Tibete

O Tibete é localizado a oeste da China, com população de 2,7 milhões de habitantes e 1,2 milhões de km². É

¹ Para entrar no Tibete, jornalistas e turistas devem obter uma autorização concedida pelo governo chinês. A permissão não foi dada durante o conflito.

² O Mosteiro constitui um dos símbolos espirituais budistas mais importantes do Tibete.

considerado como uma região autônoma pertencente à China.

A Região Autônoma do Tibete é governada por um Presidente que é o representante do povo. Entretanto, o mesmo não possui autonomia para governar, muitas vezes não sendo bem-sucedido na tarefa de atender aos interesses da população. Isso ocorre porque as decisões presidenciais são subordinadas ao Partido Comunista Chinês, a mais alta autoridade política do Tibete.

Há também o chamado “Governo exilado do Tibete”, cuja sede se encontra na Índia. Esse governo constitui uma autoridade religiosa para grande parte dos tibetanos, cujo líder espiritual é o 14º Dalai-Lama³.

O Exílio do Dalai Lama se deu em 1959, quando o mesmo liderou um movimento que se opunha à dominação chinesa no Tibete, cujo início foi em 1950, quando a região foi invadida pelo Partido Comunista Chinês.

Em 1951, as duas partes assinaram um acordo que reconhecia o Tibete como uma região autônoma da China, cujo chefe de Estado seria o Dalai Lama. O próprio líder assinou esse acordo, mas declarou anos depois que foi obrigado a fazê-lo.

No final de 1951, Mao Zedong, então Presidente do Partido Comunista Chinês, invadiu o Tibete com suas forças, promovendo diversas mudanças no país. Entre elas estão a reforma agrária, a opressão religiosa e o fim da liberdade política.

Tais medidas foram contestadas pela população local, que foi severamente reprimida pelas forças comunistas. As rebeliões contrárias ao governo ocorriam esporadicamente, mas a mais significativa delas se deu em 1959, com um intenso

movimento em prol da independência do Tibete.

A resposta chinesa foi severa: um número considerável de revoltosos foram presos, exilados ou mortos. Assim, por questões de segurança, o Dalai Lama decidiu se exilar na Índia, onde atualmente funciona a sede do seu governo.

Anos depois, em 1965, pensou-se que um grande passo havia sido dado na solução do conflito, quando foi concedida uma autonomia parcial ao Tibete. No entanto, com o início da Revolução Cultural chinesa⁴, o que houve foi um agravamento da situação. Um grande número de religiosos foram presos, além da destruição de inúmeros mosteiros e textos sagrados.

De 1979 a 1987, algumas tentativas de diálogo foram estabelecidas, mas nenhuma obteve êxito. Dalai Lama recusou a proposta chinesa de que obteria perdão caso renunciasse a seu cargo e vivesse em Beijing.

Em 1988, entretanto, um grande passo foi dado, quando o líder espiritual budista aceitou que fosse concedida uma autonomia significativa para o Tibete, ao invés da independência.

Após esses acontecimentos, nenhuma revolta de proporções e repercussão internacional ocorreu no Tibete, exceto a atual. A China, inclusive, libertou, em 2002, alguns prisioneiros tibetanos. Ainda, recebeu em Beijing e no Tibete alguns representantes do Dalai Lama.

Em 2007, o governo chinês propôs restaurar as conversas com Dalai Lama caso o mesmo reconhecesse que “o Tibete é uma parte inseparável da China.”, mas ele se recusou.

³ Um Dalai Lama é considerado a encarnação do Bodhistva de entrema compaixão, ou seja, um ser de extrema sabedoria, cujas práticas espirituais são benéficas a todos.

⁴ A Revolução Cultural chinesa foi lançada por Mao Zedong, em 1966, tendo durado até 1976. O ideário central da Revolução era fortalecer o comunista no país. Pretendia-se, segundo o líder da revolução, eliminar o elitismo que tomou conta do Partido Comunista e de diversos outros setores da vida chinesa.

Apesar dessas pequenas concessões feitas pela China, uma solução para o conflito nunca esteve próxima. O Dalai Lama permaneceu lutando pela autonomia tibetana, viajando pelo mundo para obter apoio a sua causa.

O líder budista acusa a China de ter promovido um “genocídio cultural”, por impedir a liberdade de expressão e impor limites às práticas religiosas dentro do Tibet. Ainda, afirma que sempre desejou um “diálogo pacífico”⁵ com o governo de Beijing para um eventual acordo.

A China, entretanto, acusou Dalai Lama de ser o organizador da revolta que atinge o país, afirmando que o discurso de “diálogo pacífico” é uma mentira. O governo do país afirmou ter evidências que comprovam essa acusação.

Outra questão que surgiu de todo o conflito foi a da violação dos direitos humanos na China. As autoridades tibetanas acusaram o governo chinês de fazer uso excessivo da força contra os revoltosos. Um representante da Anistia Internacional discursou na Organização das Nações Unidas, no dia 25 de março, declarando que “ao restaurar a ordem, as autoridades chinesas tomaram medidas que violam as leis e padrões dos direitos humanos.”. As informações teriam sido fornecidas pelos próprios tibetanos.

Até o dia 25 de março de 2008, jornalistas e turistas ainda estavam impedidos de entrar no Tibete, dificultando saber se os direitos humanos estavam ou não sendo violados na região.

Nos dias 26 e 27 de março, um grupo de correspondentes estrangeiros, composto por aproximadamente 12 pessoas, foi permitido de entrar no Tibet e averiguar como estava a situação. A agência estatal chinesa de notícias, Xinhua, declarou que

a visita dos jornalistas foi interrompida por um protesto.

Um grande número de manifestantes já se rendeu, segundo as autoridades chinesas. Isso porque a China deu um ultimato aos mesmos, alegando que os resistentes seriam “severamente punidos, de acordo com a lei”. No dia 26, o governo chinês afirmou que 660 manifestantes já haviam se rendido.

Ainda, mais de 100 tibetanos foram presos no Nepal, quando protestavam em frente à Embaixada chinesa. A restrição à livre circulação de pessoas no Tibet dificulta saber como a situação atual se encontra. Mas, ao que parece, a situação está um pouco mais calma.

Repercussão internacional

O conflito no Tibete gerou uma grande repercussão internacional. Diversos manifestantes pró-Tibete sugeriram um boicote às Olimpíadas, que será realizada em agosto desse ano em Beijing.

O presidente estadunidense telefonou às autoridades chinesas para pedir às mesmas que mantivessem um diálogo com os tibetanos, sobretudo com Dalai Lama. Pediu também a liberdade de acesso para jornalistas e diplomatas na região.

A Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, também já havia se pronunciado a respeito do conflito, pedindo que ambas as partes renunciassem ao uso da violência. Ainda, alegou que um boicote às Olimpíadas de Beijing seria um desrespeito à China, e que, portanto, a delegação estadunidense irá comparecer aos jogos.

A União Européia (EU) pediu moderação por parte do governo chinês, e a também a libertação dos revoltosos que foram presos. Ademais, afirmou que é fundamental o respeito aos direitos humanos.

Quanto às Olimpíadas, os países europeus se encontram divididos. O presidente francês, Nicolas Sarkozy, considera a

⁵ O discurso de Dalai Lama contra o uso da força para resolver a situação do Tibet lhe concedeu o Prêmio Nobel da Paz, em 1989. A China considera esse prêmio uma ofensa ao seu posicionamento.

possibilidade de boicotar a abertura dos jogos, mas disse que tudo irá depender de como a China responderá ao conflito no Tibete.

O presidente do Parlamento Europeu, Hans Gert Pöttering, declarou que “medidas de boicote” serão consideradas caso a China continue se recusando a dialogar com Dalai Lama. O Comissário de Esportes da UE, no entanto, já havia afirmado que um boicote aos jogos não era visto como a solução adequada.

É provável que os jogos aconteçam de qualquer maneira, mas o seu sucesso tornou-se uma moeda de barganha para os demais países, que pressionam uma mudança quanto ao posicionamento chinês no Tibete.

O conflito do Tibete é apenas mais um dos inúmeros casos que envolvem o governo chinês, que, frequentemente, é acusado de violar os direitos humanos. Na prática, o papel da China dentro das Nações Unidas é significativo, o que dificulta qualquer medida contra ela. Nenhum país ou organização faz nada contra o governo chinês.

Referência

BBC News

<http://www.bbc.co.uk>

Uol notícias

<http://www.noticias.uol.com.br/>

Folha de São Paulo

<http://www.folha.uol.com.br/>

O Globo

<http://www.oglobo.com>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profª. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Caroline Maia, Celeste Cristina Badaró, Diego Paes; Joana Laura Nogueira; Marina Robspierre.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itáú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>